

Luís Alberto Marques Alves\*

## República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação

R E S U M O

*As primeiras décadas do século XX trazem uma reflexão profunda sobre o novo sentido da escola, os conteúdos do ensino, o novo papel dos professores e as metodologias mais adequadas para atingir os destinatários. Neste artigo procuram-se sistematizar as ideias essenciais que o Movimento da Escola Nova (Europa e EUA, sobretudo) e o Manifesto dos Pioneiros da Educação (Brasil) trouxeram, para as grandes mudanças educativas da primeira metade do século XX.*

A B S T R A C T

*The first decades of the twentieth century brought a profound reflection about the new direction of the school, the contents of education, the new role of teachers and the best methodologies to reach the recipients. In this article we seek to systematize the essential ideas that the New School Movement (Europe and USA, mainly) and the Manifesto of the Pioneers of Education (Brazil) brought to the major educational changes of the first half of the twentieth century.*

### 1. Introdução

“(...) O nosso ensino é particularmente defeituoso por não ser educativo, ou porque consciente e inconscientemente educa jesuiticamente, isto é, deformando os caracteres, amputando-lhes a originalidade espontânea e ensinando os homens a abdicar da própria individualidade.

O aluno que sai das nossas escolas é um tipo de intelectualidade gaguejante, de vontade tibia, de moralidade duvidosa e que para resolver qualquer problema na vida põe sempre de parte o esforço original, servindo-se do que está feito, bom ou mau, aplicando a casos próprios formulas alheias, que raramente podem resolver problemas individuais ou nacionais (...).”<sup>1</sup>

---

\* FLUP/ Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais/CITCEM.

<sup>1</sup> CORTESÃO, 1912: 20.

Estamos perante um texto de 1912, mas ele evidencia alguns aspectos que cruzam o pensamento pedagógico e educativo, não apenas do período republicano em Portugal como da época de renovação que, iniciando-se no último quartel do século XIX, prolonga-se pelas primeiras décadas do século XX.

Um primeiro destaque passa pelos princípios da demopédia republicana aqui referidos: a escola laica, a importância de uma nova educação moral, cívica e patriótica, e a importância do ensino para uma regeneração que a República queria protagonizar.

Um segundo evidencia o peso da herança monárquica, tanto pelos conteúdos inadequados de que foi responsável, como pelos números assustadores que legou e de que destacaria: taxa de analfabetismo de 75,1%; reduzida formação de professores com um número insuficiente de escolas normais primárias; ensino liceal frequentado apenas por 8691 alunos; ensino profissional com debilíssima expressão - 7153 alunos e uma Universidade - Coimbra - com 1262 alunos.

O terceiro reivindica um “homem novo”, com uma individualidade personalizada, educado na escola republicana e que acreditasse efectivamente no progresso e se tornasse o seu próprio agente. Como afirma Fernando Catroga, “o homem, qual matéria-prima de índole plástica, seria educável para a perfeição, e a Escola, como instância nuclear de socialização, deveria inocular nas consciências o saber adequado à definitiva regeneração nacional, inserindo o indivíduo no solo pátrio, revivificando-lhe as energias físicas, psicológicas, intelectuais e morais”<sup>2</sup>.

Um quarto passa pela consciência e urgência de utilizar a educação e a escola como meio para legitimar e salvaguardar o novo regime. Nas palavras de um editorial do jornal “A Federação Escolar” de 8 de Outubro de 1910, “(...) não foi a escola que fez entre nós a República. A República fará, porém, a escola. Mas, não o esqueçamos, sobre a escola, sobre nós, impende o dever sacratíssimo de preparar as gerações novas, para que estas saibam honrar e conservar a herança adquirida (...). Cumpramos, pois, o nosso dever preparando cidadãos conscientes que deem honra e renome imortal à pátria sagrada da República, a Portugal, enfim.”<sup>3</sup>

Todos estes princípios estão presentes no ambiente que se respira no pensamento pedagógico, nos debates, nos congressos, em revistas, em Manifestos de Educação e em muitos outros espaços onde se discute a educação e as iniciativas a tomar sob o ponto de vista político, mas também, independentemente da sua exequibilidade imediata, em pessoas e grupos que se tornam referências nesta área.

Temos o objectivo de expressar neste artigo, iniciativas que mostram a justeza das reflexões, a novidade das realizações e/ou a intemporalidade de ideias que desafiaram o tempo e não se enclausuraram em espaços/regiões/países.

## 2. Contextos e nova terminologia conceptual

Quando nos inícios do século XX se começa a usar com alguma insistência termos como educação nova, escola nova, entre outros, há uma clara vontade em romper com os princípios,

---

<sup>2</sup> CATROGA, 2000: 289.

<sup>3</sup> A FEDERAÇÃO ESCOLAR, 8 de Outubro de 1910: 1.

com a organização, com os conteúdos e com as finalidades da Escola e dos sistemas educativos que tinham marcado o período oitocentista.

O movimento pedagógico que ganha espaço nos inícios do século XX defende uma reacção ao conceito de escola oitocentista, centrada no seu papel perante a sociedade industrial, marcada por conteúdos definidos centralmente e em função dos interesses da sociedade capitalista, desempenhando a função de formar pessoas, independentemente das suas características individuais. Gellner ilustra bem o sentido do que se esperava desse tipo de Escola:

“(…) As características gerais e centrais da sociedade industrial: entre os seus pré-requisitos funcionais encontram-se a alfabetização universal e um elevado grau de sofisticação numérica, técnica e geral. Os seus membros são e devem ser móveis e estar prontos para mudar de uma actividade para outra (...). No decorrer do trabalho devem comunicar constantemente (...). O sistema educacional que assegura este feito social desenvolve-se e torna-se indispensável ... Para a maioria dos homens, a sua capacidade de emprego, segurança e auto-estima depende agora da educação...”<sup>4</sup>

Cria-se uma dinâmica pedagógica que privilegia a educação centrada na criança (em clara oposição à massificação e aos métodos pedagógicos que apostavam na quantidade dos destinatários), uma metodologia mais activa onde o aluno fosse interveniente no trabalho educativo e, objectivo central por exemplo dos republicanos, onde fosse cultivada a autonomia dos educandos para uma intervenção cívica mais activa e consistente. Nesta nova forma de pensar a escola e o ensino, as pedagogias não directivas ganharam espaço às fortemente hierarquizadas e unívocas do período anterior.

Dewey, um dos mais conceituados pedagogos desta altura, evidencia claramente este novo espaço que tinha de ser dado à criança, individualmente, em detrimento de uma massificação “neutra” e despersonalizada:

“Não podemos ultrapassar a concepção platónica de que o indivíduo é feliz e a sociedade bem organizada quando cada qual se dedica às actividades para as quais está preparado pelo seu natural, nem a sua ideia de que a primordial tarefa da educação é descobrir esta aptidão no seu possuidor e exercitá-la para ser utilizada eficazmente. Mas o progresso dos conhecimentos fez-nos ver a superficialidade da ideia platónica de acumular os indivíduos e as suas aptidões naturais em poucas classes bem determinadas; aquele progresso ensinou-nos que as aptidões originárias são indefinidamente numerosas e variáveis. E a consequência deste facto é reconhecer-se que, à proporção que a sociedade se torna democrática, a verdadeira organização social está na utilização daquelas qualidades peculiares e variáveis do indivíduo e não na sua estratificação em classes.”<sup>5</sup>

Importantes alterações políticas, iniciativas inovadoras de alguns movimentos (por exemplo de pedagogos, de professores ou de “cientistas da educação”) ou propostas individuais transformaram o ambiente que se respirava em práticas paradigmáticas. Surgem intelectuais que dão consistência a um pensamento pedagógico que privilegia a individualidade da criança em detrimento da

---

<sup>4</sup> GELLNER, 1993:60-61.

<sup>5</sup> DEWEY, 1936: 122.

homogeneização: americanos Dewey e Hall, europeus Montessori, Decroly, Binet, Kerchensteiner, Claparède, Ferrière, Faria de Vasconcelos e Adolfo Lima.

Quando Faria de Vasconcelos fundou em 1912 na Bélgica a escola nova de Bierges-Lez-Wavre exemplificou as possibilidades e os princípios que estavam subjacentes a essa renovação anunciada. Com a invasão da Bélgica pela Alemanha no âmbito da 1ª Guerra Mundial, foi interrompida a experiência mas a ida para a Suíça onde se juntou a A. Ferrière, E. Claparède e P. Bovet no Instituto Jean Jacques Rousseau, apenas serviu para dar consistência e cientificidade aos princípios aí defendidos e implementados, embora esporadicamente. Essa experiência belga (1912 a 1914), dada a conhecer em Genebra, em 1915, através da publicação – *Une école nouvelle en Belgique* – e, sobretudo, face ao prefácio que Ferrière aí colocou, permitiu não apenas o confronto com outras escolas novas entretanto criadas, como constatar (e sistematizar) os princípios defendidos por esse movimento – os célebres 30 pontos da Educação Nova.

Este ambiente e estas realidades renovadas, atravessaram o Atlântico e vão estar muito presentes por exemplo no Brasil das décadas de 1920 e 1930. O Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 é, claramente, o ponto de chegada de uma reflexão de renovadores brasileiros elogiados por Adolphe Ferrière em 1930, destacando-se Fernando Azevedo e a sua reforma de 1928 ou Lourenço Filho, director de Instrução Pública do estado de S. Paulo na década de 1920. As experiências da Escola Nova alcançaram maior dimensão na rede pública de ensino, através de reformas de instrução pública desenvolvidas nos sistemas de ensino de diversos estados, na década de 1920, e nos inícios dos anos 30 no Rio de Janeiro.

Vejamos agora com mais pormenor o conteúdo e o sentido destas propostas.

### 3. Princípios da Escola Nova

“(…) Onde a escola tradicional viu esforço, atenção forçada, pressão externa, disciplina imposta, a educação Nova encontrava agora interesse. Direcção e controle seriam as palavras mágicas da primeira; liberdade e iniciativa as da outra. É absurdo supor que uma criança conquiste mais disciplina mental ou intelectual ao fazer, sem querer, qualquer coisa, do que fazê-la, desejando-a de todo o coração; ‘interesse e disciplina são coisas conexas e não opostas’ como sucedia no passado, afirmava Dewey. (...) Na escola do futuro existiria uma identificação absoluta entre o facto a ser aprendido ou a acção a ser praticada e o actor que nela se encontrava implicado. A educação seria aí uma reconstrução contínua da experiência, a vida mesma, e já não como anteriormente uma preparação para a vida.”<sup>6</sup>

Esta escola do futuro tornou-se presente por iniciativas que ainda hoje nos impressionam pela intemporalidade dos seus princípios. Entremos no seu conteúdo para melhor compreendermos o significado destas afirmações. Começemos por elencar três factos, no nosso entender marcantes, desta inovação: em 1899 Adolphe Ferrière cria o Bureau International des Écoles Nouvelles; em

---

<sup>6</sup> Ó: 2003, 144.

1915 Faria Vasconcelos publica “Une école nouvelle en Belgique” (retratando a sua escola fundada em 1912 na Bélgica) e no prefácio assinado por Ferrière definem-se os 30 pontos que passaram a caracterizar as “escolas novas”; em 1921 funda-se a Liga Internacional Pró Educação Nova. Esta selecção não esquece outras iniciativas, em particular americanas<sup>7</sup>, que foram evidenciando as possibilidades desta renovação, mas procura objectivar o texto no sentido que pretendemos.

Evitando adensar o texto, mas remetendo os mais interessados para o Anexo 1 com os 30 princípios da Escola Nova, aproveitemos uma sistematização já ensaiada por outros autores e centrada nas cinco grandes ideias aglutinadoras, embora os destaques a bold sejam da nossa responsabilidade:

“- A escola nova é um **laboratório de pedagogia prática** que procura servir de referência para o sistema público de ensino; funcionando preferentemente em regime de internato e situada numa zona rural, a escola nova procura criar uma ambiência saudável e de proximidade com a natureza (excursões, acampamentos, criação de animais, trabalhos agrícolas, ginástica natural,...)

- A escola nova pratica o **sistema de coeducação dos sexos**, estimulando as relações sociais e a cooperação entre rapazes e raparigas.

- A escola nova concede uma **particular atenção aos trabalhos manuais**, encarados não apenas numa dimensão técnica, mas sobretudo como um poderoso meio de educação intelectual; todo o ensino deve organizar-se a partir de métodos activos que estimulem o gosto pelo trabalho e a criatividade.

- A escola nova procura **desenvolver o espírito crítico**, através da aplicação do método científico, baseando o ensino em factos e experiências, na actividade pessoal da criança e nos seus interesses espontâneos; é desejável uma conjugação entre actividades de trabalho individual e momentos de trabalho colectivo.

- O quotidiano da escola nova alicerça-se no princípio da **autonomia dos educandos**, isto é numa educação moral e intelectual que não se exerce autoritariamente de fora para dentro, mas antes de dentro para fora, graças à experiência e ao desenvolvimento gradual do sentido crítico e da liberdade; o sistema disciplinar, bem como a educação da consciência moral e da razão prática, devem fazer-se no quadro desta perspectiva.”<sup>8</sup>

Várias foram as tentativas ao longo do século XX para aumentar o carácter experimental do ensino, em detrimento da sua componente mais memorística, mais passiva, mais centrada na autoridade inquestionável do professor. O laboratório de pedagogia prática, visa dar um novo protagonismo ao aluno e uma função de aprendizagem, também ao professor. O que se procurou depois ensaiar foram modelos que corporizassem esta relação pedagógica de duplo sentido, levando por vezes ao extremo de secundarizar de tal forma o professor que o tornou

---

<sup>7</sup> Recordo apenas as “pequenas repúblicas escolares” que surgiram dentro do sistema público americano – a mais conhecida era a *George Junior Republic*, fundada em Freeville, em 1895, por William R. George – ou o nome de Winston Lindsley Gill como fundador das chamadas “cidades escolares” que se vão espalhar pelos EUA, Canadá e Cuba. Estas últimas, com características próximas do “Município Escolar” defendido por António Sérgio em 1915 na sua obra “Educação Cívica”, defendiam já o princípio do *self government*.

<sup>8</sup> CANDEIAS, NÓVOA E FIGUEIRA, 1995: 32.

quase dispensável. Evidentemente que as implicações educativas dos regimes, a par de excessos nos momentos de “libertação”, tornaram difíceis equilíbrios de papéis que são indissociáveis dos diferentes protagonistas da relação educativa. Apenas a componente de internato tem a marca do tempo, sobretudo porque se pensava necessário criar um espaço fora da rede pública para que os projectos tivessem mais condições para verificar a “bondade” dos princípios.

O sistema de coeducação, parecendo-nos hoje um princípio óbvio, relembramos que a discussão em torno dele atravessou toda a primeira metade do século XX, com algumas reminiscências ainda no terceiro quartel. É um tema interessantíssimo de ser estudado, pela quantidade de intervenções, debates, escritos, conferências, legislação... que originou.

A importância dos trabalhos manuais e o desenvolvimento do espírito crítico entroncam no hoje banalizado “aprender fazendo” enquanto meio de instigar a formação intelectual e fomentar a criatividade. É também uma forma de aprender pela “tentativa – erro” ou pelo confronto com “situações problema” que exigem uma boa utilização da informação recolhida e assimilada.

A aposta na autonomia dos educandos passa hoje pela entronização de uma pedagogia por competências onde muitas vezes exageramos no ponto de chegada esquecendo o ponto de partida. À chegada o aluno ou estudante deve ser um cidadão que seja capaz de intervir, opinar, decidir, adaptar-se e integrar-se. Esquece-se muitas vezes que para isso precisa de aceder a informação, deve saber geri-la, tem de raciocinar sobre ela, deve partilhar com alguém mais experiente, deve sentir-se seguro face ao risco e face à sua competência. Para o objectivo final, ainda não se encontrou uma opção melhor do que o ambiente escolar (embora cada vez mais famílias assumam protagonismo nessa educação) e um sistema de educação, público ou privado, que tenha referentes mais colectivos.

Convirá dizer que, também na época em que Faria de Vasconcelos protagonizou a iniciativa, outras escolas europeias (sobretudo belgas, francesas, inglesas e alemãs) aceitaram submeter-se à análise do seu percurso e das suas metodologias, ficando muitas delas aquém dos 28,5 pontos (em 30 possíveis)<sup>9</sup> da Escola de Bierges. Ou seja, também estes princípios eram sobretudo referências para marcar um outro ritmo e um outro sentido para o papel da escola. Não podemos ignorar, no entanto, que são estas iniciativas pioneiras que testam a “bondade” e a “exequibilidade” das inovações e é também nestas tentativas que a pedagogia se transforma num espaço experimental de aprendizagem.

Neste sentido fica uma última nota para evidenciar alguns nomes e exemplos portugueses que procuraram ser agentes e exemplos de mudança. Entre os nomes destacaríamos: Faria de Vasconcelos, Adolfo Lima, Pedro José da Cunha, Emílio Costa, Afonso Duarte, Tomás da Fonseca, Aurélio Quintanilha, António Sérgio, Adelaide Cabete, Costa Ferreira, Agostinho de Campos, Adolfo Coelho, João de Barros, Palyart Ferreira, Alfredo Bensaúde, Alves dos Santos e Marques Leitão. Para os exemplos recorremos ao “Roteiro das Escolas Novas” de Álvaro Viana de Lemos e

---

<sup>9</sup> Relembro que para uma escola ser considerada “nova” devia satisfazer pelos menos 15 dos 30 requisitos definidos pelo “Bureau International des Écoles Nouvelles”. É nessa avaliação que a Escola de Faria de Vasconcelos obtém os pontos referidos.

destacávamos a Escola Oficina nº 1 (Lisboa), a Escola Prática Comercial de Oliveirinha, a Escola Comercial Raúl Dória (Porto)<sup>10</sup>, a Casa Pia de Lisboa<sup>11</sup>, o Colégio Militar, a Escola Normal Primária de Benfica, o Colégio-Liceu Figueirense, o Colégio Moderno (Coimbra), o Instituto Moderno (Porto), o Ginásio Madeira (Funchal), o Instituto de Odivelas, o Instituto de Pupilos do Exército e a Escola Agrícola de Coimbra. Como se torna evidente, o Portugal republicano dos inícios do século XX estava claramente na linha do pioneirismo pedagógico e educativo.

#### 4. Ideias principais do Manifesto dos Pioneiros da Educação<sup>12</sup>

Começemos por identificar o ambiente republicano brasileiro (primeira república 1889-1929 e segunda 1930-1936) como um terreno fértil onde germinaram na educação as sementes de mudança. As preocupações reiteradas, sobretudo, nas reformas de Rivadávia Correia de 1911 e de Carlos Maximiliano de 1915, iam no sentido das alterações propostas pelos movimentos pedagógicos do virar do século. Estas iniciativas centrais não podem fazer esquecer outras mais pontuais de abrangência estadual (Lourenço Filho no Ceará em 1923, Anísio Teixeira na Baía em 1925, Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas em 1927, Fernando Azevedo no actual Rio de Janeiro em 1928 ou de Carneiro Leão em Pernambuco em 1928) que alinham no mesmo sentido, independentemente de ser já visível também confronto de ideias ou correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus.

A nova realidade brasileira com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, num contexto de crise económica internacional, vai por um lado provocar um conjunto de mudanças educativas – criação do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais, a instituição de um novo Estatuto das Universidades Brasileiras, a reorganização do ensino secundário, entre outras – mas simultaneamente instigar uma maior reflexão sobre o rumo que a educação devia ter e qual o seu papel no contexto de desenvolvimento que se almejava.

Nesta linha mais reflexiva deve inscrever-se o aparecimento em 1932 do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Os seus subscritores são figuras, na maioria dos casos, com provas dadas na implementação de algumas reformas da década anterior ou na reflexão sobre o papel da educação: Fernando de Azevedo; Afranio Peixoto; A. de Sampaio Dória; Anísio Spinola Teixeira; M. Bergstrom Lourenço Filho; Roquette Pinto; J. G. Frota Pessoa; Julio de Mesquita Filho; Raul Briquet; Mario Casassanta; C. Delgado de Carvalho; A. Ferreira de Almeida Jr.; J. P. Fontenelle; Roldão Lopes de Barros; Noemy M. da Silveira; Hermes Lima; Attilio Vivacqua; Francisco Venancio Filho; Paulo Maranhão; Cecília Meirelles; Edgar Sussekind de Mendonça; Armanda Alvaro Alberto; Garcia de Rezende; Nobrega da Cunha; Paschoal Lemme; Raul Gomes.

---

<sup>10</sup> Objecto de uma tese de Mestrado defendida em Setembro de 2010 na FLUP, no âmbito do Mestrado em História e Educação do DHEPI e cujo autor é Mário Vieira.

<sup>11</sup> Objecto recentemente (Dezembro de 2009) de uma tese de doutoramento defendida na FLUP por Cláudia Sofia Pinto Ribeiro.

<sup>12</sup> Tratando-se de um documento muito extenso, não é possível colocá-lo em anexo, pelo que recorreremos a um maior número de citações do texto original. Para o consultar na sua versão integral, disponibilizamos na bibliografia o site onde pode ser consultado.

O seu objectivo passa por colaborar e contribuir para um plano de reconstrução educacional que, na sua perspectiva, tinha “de garantir: a articulação do ensino (com os diferentes graus a serem etapas de um mesmo processo); o valor social da escola sem negar a arte, a literatura e os valores culturais; a substituição do conceito estático do ensino por um conceito dinâmico (não à receptividade mas à actividade criadora do aluno)”. Era sua convicção que “à escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá a escola moderna aparelhada de todos os recursos para estender e fecundar a sua ação na solidariedade com o meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas”.

Nesse sentido apresentaram um corpo de ideias onde ressaltaríamos as seguintes:

-A reconstrução do Brasil passa por uma “**nova educação**” – “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação”.

-Tem de haver um **movimento de renovação educacional** – “Porque a escola havia de permanecer, entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando, por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação?”

-As **finalidades da educação** têm de ser alteradas:

- “A educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida.”

- “A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação.”

- “A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação.”

- “A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes.”

- O **Estado tem de assumir uma nova atitude** (e uma nova responsabilidade) face à educação:

- “Do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais.”

- “O Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo ao serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola - que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas.”

- “Cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade económica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, “escola comum ou única”.

- “A “escola única” se entenderá (...) como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos.”

- “A laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação serão os princípios a implementar nessa Escola.”

- O **Processo educativo** tem de espelhar o conceito e os fundamentos da educação nova:

- “O desenvolvimento das ciências lançou as bases das doutrinas da nova educação. A extensão e a riqueza que atualmente alcança por toda a parte o estudo científico e experimental da educação, a libertaram do empirismo, dando-lhe um caráter e um espírito nitidamente científico e organizando, em corpo de doutrina, numa série fecunda de pesquisas e experiências, os princípios da educação nova.”

- “A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é “modelado exteriormente” (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de “dentro para fora”, substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.”

- “A escola, vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, ‘favorável ao intercâmbio de reações e experiências’, em que ela, vivendo a sua vida própria, generosa e bela de criança, seja levada ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convém aos seus interesses e às suas necessidades.”

- “Nessa nova concepção da escola, que é uma reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, a atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo.”

- “O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas.”

- “Quebra-se a ordem que apresentavam os programas tradicionais, do ponto de vista da lógica formal dos adultos, para os pôr de acordo com a ‘lógica psicológica’, isto é, com a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil.”

- “É preciso que ela seja reorganizada como um ‘mundo natural e social embrionário’, um ambiente dinâmico em íntima conexão com a região e a comunidade. A escola que tem sido um aparelho formal e rígido, sem diferenciação regional, inteiramente desintegrado em relação ao meio social, passará a ser um organismo vivo, com uma estrutura social, organizada à maneira de uma comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas.”

- “É natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades.”

- “A escola nova deve ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo a expansão das energias criadoras do educando, procurando estimular-lhe o próprio esforço como o elemento mais eficiente em sua educação e preparando-o, com o trabalho em grupos e todas as atividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que proveio e em que vai viver e lutar.”

Nas palavras dos Pioneiros, revemos os princípios da Educação Nova, reforçamos o sentido de renovação educativa e, sobretudo, sentimos bem próximos de outras mudanças a elite cultural brasileira, num quadro de alterações que “contaminaram” outros países sul americanos. Evidentemente que nem sempre o terreno facilitou a implementação destes princípios mas logo na década de 1930 são visíveis algumas consequências: as reformas até 1936 (em particular a Reforma do ensino secundário de 1932); o Código de Educação do estado de S. Paulo de 1933; o Conselho Nacional de Educação e Conselhos Estaduais de Educação criados em 1934; a criação da Universidade de S. Paulo e de Porto Alegre em 1934; ou a criação por Anísio Teixeira em 1935 de um Instituto de Educação na Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal. Também é evidente o esfriamento durante o Estado Novo (1937-1945) mas com a Nova República (1946-1963) os princípios dos Pioneiros são retomados, visíveis na nova Constituição de 1946 (que expressa o princípio “a educação é direito de todos”) e nas múltiplas medidas educativas.

## 5. Aproximações e distanciamentos

Há **um nome comum** nas propostas apresentadas: Adolphe Ferrière que tenta visitar o Brasil em 1930 no âmbito de uma viagem que o levou à América Latina (Equador, Uruguai...) mas cujo desembarque ficou inviabilizado pela revolução de Outubro<sup>13</sup>. Curiosamente no mês seguinte visita Portugal e encontra-se com Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução.

---

<sup>13</sup> A revolução de 1930 foi um movimento armado liderados pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que depôs o presidente da República Washington Luís (em 24 de Outubro de 1930) e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo provisório em 3 de Novembro de 1930, data que normalmente é apresentada como representando o fim da “República Velha”.

Há **expectativas** que os regimes vêm defraudar e protelar:

- No caso do Brasil, Ferrière elogia em apontamentos pessoais “a riqueza dos postulados ultramodernos dos renovadores brasileiros”<sup>14</sup>, enaltece a reforma de Fernando de Azevedo (no distrito federal, actual Rio de Janeiro) em 1928 pelo potencial de “propagar-se pelo resto do País tal era o seu alcance e de tal modo se impunha a sua lógica imanente e o seu valor social” e destaca ainda a nomeação de Lourenço Filho como director de Instrução Pública do estado de S. Paulo.

-No caso de Portugal é recebido com muitas críticas e ataques contundentes pela imprensa situacionista, em particular o “Novidades” mas, para espanto de Ferrière muito bem recebido “pelo Ministro Dr Gustavo Cordeiro Ramos”. Regista nos seus apontamentos, um governante “com um ar de barman tímido, barba por fazer; católico de direita [que provavelmente pediu ao jesuítico “Novidades”, jornal do seu partido, para parar os ataques contra mim]. Surpresa: ele mostrou-se muito favorável à participação de Portugal no Bureau Internacional de Educação”<sup>15</sup>.

Há **iniciativas que são implementadas posteriormente** que bebem os seus princípios nos desejos dos Pioneiros e das ideias dos difusores da Educação Nova.

- Os mais significativos: em **Portugal** a Reforma de 1918 de Azevedo Neves em plena República e depois a Reforma de 1948 do ensino técnico, criando um ciclo preparatório que se vai alargar a todo o ensino secundário, e onde se pretende uma opção profissional mais tardia para garantir uma estrutura cultural mais consistente – a defesa do operário que executa mas também pode pensar; no ensino artístico garante-se um maior espaço para a criatividade, em detrimento da simples repetição; ainda no ensino liceal um espaço maior para as visitas de estudo e as actividades extracurriculares.

- No **Brasil**, sobretudo na Nova República (1946-1963), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946; a Carta Magna de 1946; a Lei 4024 de 20 de Dezembro de 1961 – Lei de Directrizes e Bases para a Educação Nacional; mas também a criação do Conselho Nacional da Educação e Conselhos Estaduais procurando uma proximidade com as necessidades da população; a criação em 1962 do Plano Nacional da Educação e o Programa Nacional de Alfabetização inspirado no método Paulo Freire; para além de algumas iniciativas ainda dos subscritores do manifesto dos pioneiros como é o caso do Centro Popular de Educação, em Salvador no estado da Baía, inaugurado por Anísio Teixeira.

Em síntese: Realmente as ideias não têm tempo nem espaço. As boas acabam sempre por vingar, por ser retomadas, por saírem do esquecimento. Não podemos é transformar a sua aplicação ou ressurreição numa novidade porque elas não são órfãs e geneticamente não pertencem apenas ao nosso tempo. Nesse sentido retomo António Nóvoa no seu “Evidentemente”:

---

<sup>14</sup> CANDEIAS, NÓVOA E FIGUEIRA, 1995: 38.

<sup>15</sup> CANDEIAS, NÓVOA E FIGUEIRA, 1995: 37-38.

“As coisas da educação discutem-se, quase sempre, a partir das mesmas dicotomias, das mesmas oposições, dos mesmos argumentos. Anos e anos a fio. Banalidades. Palavras gastas. Irritantemente óbvias, mas sempre repetidas como se fossem novidade. Uns anunciam o paraíso, outros o caos – a educação das novas gerações é sempre pior que a nossa. Será?! Muitas convicções e opiniões. Pouco estudo e quase nenhuma investigação. A certeza de conhecer e possuir a solução é o caminho mais curto para a ignorância. E não se pode acabar com isto?”<sup>16</sup>

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Wania Manso de, 2010 – *A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos*. Rio de Janeiro, PUC, (Tese de doutoramento).
- BANDEIRA, Filomena, 2003 – *Dicionário de educadores portugueses*. Entrada: “Vasconcelos, António Sena Faria de.”. Porto, Asa.
- CANDEIAS, António; NÓVOA, António; FIGUEIRA, Manuel Henrique, 1995 - *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos – 1923-1941*. Lisboa, Educa.
- CATROGA, Fernando, 2000 – *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª edição. Lisboa, Editorial Notícias.
- CORTESÃO, Jaime, 1912 – *As Universidades populares I*, in “A Vida Portuguesa”, nº3, Porto: 30/XI/1912.
- CUNHA, António Augusto Oliveira, 1997 - *Faria de Vasconcelos: pensamento e ação pedagógica*. Braga, Universidade do Minho, (Dissertação de mestrado).
- DEWEY, John, 1936 – *Democracia e Educação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (tradução da 1ª edição inglesa – *Democracy and education*, 1916).
- FERRIÈRE, Adolphe, 1915 – “Préface”. VASCONCELOS, António FARIA DE, 1915 - *Une école nouvelle en Belgique*. Paris e Neuchâtel, Delachaux & Niestlé e Librairie Fischbacher.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique, 2004 – *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte.
- GELLNER, Ernest, 1993 – *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva.
- GOMES, Joaquim FERREIRA, 1980 – “A. Faria de Vasconcelos”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, p. 231-255.
- GOMES, Joaquim FERREIRA, 1980 – “Uma proposta de lei para a criação de “escolas novas” apresentada no Parlamento da 1ª República”. In. *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra, Almedina.

---

<sup>16</sup> NÓVOA, 2005: 9

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO, 1932 – consultável em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm> (acedido em 17 de Março de 2011).

MARQUES, J. Ferreira, 2000 - *Faria de Vasconcelos: Obras Completas II*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MEIRELES-COELHO, Carlos, 2005 - *Educação contemporânea*. Aveiro, Universidade de Aveiro.

MORAES, Allana Pessanha de, 2009 – *A Educação Profissional em Portugal e Brasil: 1930-1950*. Porto, FLUP (Dissertação de Mestrado).

NÓVOA, António, 2005 – *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto, ASA.

*O professorado primário ante a república – um apelo e uma saudação*. Editorial do jornal “A Federação Escolar”, nº 91, 8 de Outubro de 1910.

Ó, Jorge Ramos, 2003 – *O Governo de si mesmo – Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal – ultimo quartel do século XIX, meados do século XX*. Lisboa, Educa.

VASCONCELOS, António FÁRIA DE, 1915 - *Une école nouvelle en Belgique*. Paris e Neuchâtel, Delachaux & Niestlé e Librairie Fischbacher.

### **Anexo 1: As 30 características para conhecer uma Escola Nova**

“1. A escola nova é um *laboratório de pedagogia prática*. Ela procura desempenhar o papel explorador ou de pioneiro das escolas do Estado, mantendo-se ao corrente da psicologia moderna, nos meios que põe em acção, e das necessidades modernas da vida espiritual e material, nos objectivos que fixa à sua actividade.”

“2. A escola nova é um *internato*, porque só a influência total do meio no seio do qual a criança se move e cresce permite realizar uma educação plenamente eficaz. O que de modo algum quer dizer que o sistema de internato seja considerado como um ideal a ser aplicado sempre e em toda a parte: longe disso. A influência natural da família, no caso de ser sadia, é preferível à do melhor dos internatos.”

“3. A escola nova está situada *no campo*, sendo este o meio natural da criança. A influência da natureza, a possibilidade que oferece para se entregar aos divertimentos dos primitivos, os trabalhos dos campos que permite realizar fazem dele o melhor auxiliar da cultura física e educação moral. Mas, para a cultura intelectual e artística, é desejável a proximidade de uma cidade.”

“4. A escola nova agrupa os alunos em *casas separadas*, em grupo de dez a quinze alunos sob a direcção material e moral de um educador coadjuvado pela esposa ou por uma colaboradora. Convém que os rapazes não sejam privados de uma influência feminina adulta, nem da atmosfera familiar que os internatos-casernas não conseguem oferecer.”

“5. A *coeducação* dos sexos, praticada nos internatos e até ao fim dos estudos, deu, em todos os casos em que pode ser aplicada em condições materiais e espirituais favoráveis, resultados morais e intelectuais incomparáveis, tanto para os rapazes como para as raparigas.”

“6. A escola nova organiza *trabalhos manuais* para todos os alunos, durante pelo menos hora e meia por dia, em geral das 14 às 16 horas, trabalhos obrigatórios que, mais que um objectivo profissional, tenham um objectivo educativo e um fim de utilidade individual ou colectiva.”

“7. Entre os trabalhos manuais, a *marcenaria* ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido da observação exacta, a sinceridade e o domínio de si. A *cultura da terra* e a *criação de pequenos animais* entram na categoria das actividades ancestrais de que todas as crianças gostam e que deveriam ter ocasião de executar.”

“8. Ao lado dos trabalhos regulamentados, é dado um lugar aos *trabalhos livres* que desenvolvem os gostos da criança, despertam o seu espírito inventivo e engenhoso.”

“9. A cultura do corpo é assegurada pela *ginástica natural*, feita com o corpo nu ou, pelo menos, com o tronco nu, e ainda pelos jogos e desportos.”

“10. As *viagens*, a pé ou de bicicleta, com *acampamento* em tenda e refeições preparadas pelas próprias crianças, desempenham um papel importante na escola nova. Essas viagens são previamente preparadas e servem de auxiliares ao ensino.”

“11. Em matéria de educação intelectual, a escola nova procura abrir o espírito por meio de uma *cultura geral* de preferência a uma acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico: observação, hipótese, verificação, lei. Um núcleo de áreas obrigatórias realiza a educação integral, não tanto como instrução enciclopédica, mas como possibilidade de desenvolvimento, por meio da influência do meio e dos livros, de todas as faculdades intelectuais inatas da criança.”

“12. A cultura geral é completada por uma *especialização*, primeiro espontânea, cultura dos gostos preponderantes de cada criança, e depois sistematizada de modo a desenvolver os interesses e faculdades do adolescente num sentido profissional.”

“13. O ensino é baseado nos *factos* e nas *experiências*. A aquisição dos conhecimentos resulta de observações pessoais (visitas a fábricas, trabalhos manuais, etc.) ou, na falta disso, de observações de outrem recolhidas nos livros. A teoria segue sempre a prática, nunca a precede.”

“14. O ensino é, portanto, baseado também na *actividade pessoal* da criança. Isso supõe a associação mais estreita possível ao estudo intelectual do desenho e dos mais diversos trabalhos manuais.”

“15. O ensino é baseado, além disso, nos *interesses espontâneos* da criança: dos 4 aos 6 anos, idade dos interesses difusos ou idade do jogo; dos 7 aos 9 anos, idade dos interesses ligados aos objectos concretos imediatos; dos 10 aos 12 anos, idade dos interesses especializados concretos ou idade das monografias; dos 13 aos 15 anos, idade dos interesses abstractos empíricos; dos 16 aos 18 anos, idade dos interesses abstractos complexos: psicológicos, sociais, filosóficos. As notícias da escola e do que acontece fora dela dão lugar a lições ocasionais e a discussões, quer entre os grandes quer entre os pequenos, que ocupam na escola nova um lugar de destaque.”

“16. O *trabalho individual* do aluno consiste numa pesquisa (nos factos, nos livros, nos jornais, etc.) e numa classificação (segundo um quadro lógico adaptado à sua idade) de documentos de todas as espécies, assim como em trabalhos pessoais e na preparação de conferências a fazer na aula.”

“17. O *trabalho colectivo* consiste numa troca e numa ordenação ou elaboração lógica em comum dos documentos particulares.”

“18. Na escola nova, o *ensino* propriamente dito limita-se à *parte da manhã* (em geral, das 8 horas ao meio dia). À tarde, durante uma ou duas horas, conforme a idade, das 16,30 às 18 horas, tem lugar o “estudo” pessoal. As crianças com menos de dez anos não têm deveres para fazer sozinhas.”

“19. Estuda-se *poucas áreas por dia*, uma ou duas apenas. A variedade nasce, não dos assuntos tratados, mas da maneira de tratar os assuntos, sendo postos em funcionamento, alternadamente, diferentes modos de actividade.”

“20. Estuda-se *poucas áreas por mês* ou por trimestre. Um sistema de cursos, análogo ao que regula o trabalho na Universidade, permite a cada aluno ter o seu horário individual.”

“21. A educação moral, como a educação intelectual, deve fazer-se, não de fora para dentro, pela autoridade imposta, mas de dentro para fora, pela experiência e pela prática gradual do sentido crítico e da liberdade. Baseando-se neste princípio, algumas escolas novas aplicaram o sistema da *república escolar* (“*self-government*” escolar). A assembleia-geral, formada pelo director, pelos professores, pelos alunos e por vezes mesmo pelo pessoal auxiliar, constitui a direcção efectiva da escola. O código de leis é elaborado por ela. As leis são os meios que tendem a regular o trabalho da comunidade em vista dos fins por ela prosseguidos. Este sistema altamente educativo, quando é realizável, supõe uma influência preponderante do director sobre os “líderes” naturais da pequena república.”

“22. Na falta do sistema democrático integral, a maioria das escolas novas são constituídas como monarquias constitucionais: os alunos procedem à *eleição dos chefes*, ou prefeitos, que têm uma responsabilidade definida.”

“23. *Cargos sociais* de todas as espécies podem permitir realizar uma entreajuda efectiva. Esses cargos para o serviço da comunidade são confiados alternadamente a todos os pequenos cidadãos.”

“24. Os *prémios* ou sanções positivas consistem em oportunidades dadas aos espíritos criativos para aumentar a sua capacidade criadora. Aplicam-se aos trabalhos livres e desenvolvem deste modo o espírito de iniciativa.”

“25. Os *castigos* ou sanções negativas estão em correlação directa com a falta cometida. Quer dizer que visam pôr a criança à altura de, por meios apropriados, atingir melhor, no futuro, o objectivo considerado bom que ela atingiu mal ou que não atingiu.”

“26. A *emulação* tem lugar sobretudo pela comparação feita pela criança entre o seu trabalho presente e o seu trabalho passado, e não exclusivamente pela comparação do seu trabalho com o dos seus companheiros.”

“27. A escola nova deve ser um *meio de beleza*, como escreveu Ellen Key. A ordem é a primeira condição, o ponto de partida. A arte industrial que se pratica e de que se rodeiam as crianças conduz à arte pura, própria para despertar, nas naturezas de artistas, os sentimentos mais nobres.”

“28. A *música colectiva*, canto ou orquestra, exerce a mais profunda e mais purificadora influência naqueles que a amam e que a praticam. As emoções que ela cria não deveriam faltar a nenhuma criança.”

“29. A *educação da consciência moral* consiste principalmente, nas crianças, em narrativas que provocam nelas reacções espontâneas, autênticos juízos de valor que, repetindo-se e acentuando-se, acabam por ligá-las entre si e com os outros. É esse o objectivo da “leitura da noite” da maior parte das escolas novas.”

“30. A *educação da razão prática* consiste principalmente, nos adolescentes, em reflexões e em estudos sobre as leis naturais do progresso espiritual, individual e social. A maior parte das escolas novas observam uma atitude religiosa não confessional ou interconfessional, que acompanha a tolerância em relação a diferentes ideais, desde que incarnem um esforço em vista do crescimento espiritual do homem.”

Publicado na Revista (mensal) “Educação”, nºs 1 e 2 de Julho e Agosto de 1929